



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS TRANS: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA ASSESSORIA LGBT DA PREFEITURA DE CARUARU/PERNAMBUCO.

Filipe Antonio Ferreira da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

filipe.antonio20@hotmail.com

Émerson Silva Santos

Universidade Federal de Pernambuco,

emersonssantos1@gmail.com.

RESUMO: Este artigo nasceu do interesse de estudar a importância da contribuição das políticas públicas presente e ativa nos movimentos sociais, com ênfase na consolidação dessas ações voltadas para o público LGBT, em maior atenção ao segmento Trans. Este trabalho tem por objetivo conhecer quais as principais políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria Especial da Mulher e Direitos Humanos, via assessoria LGBT, da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco voltadas para a valorização social da pessoa travesti e transexual. Para realização desse trabalho utilizamos a abordagem qualitativa, pesquisa explicativa e exploratória, como fontes de informação foram realizadas entrevistas com o assessor LGBT da Prefeitura de Caruaru, bem como com pessoas transexuais que utilizam os serviços públicos, para análise e sistematização dos dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo. A partir da pesquisa verificamos que a assessoria LGBT atua de forma intersetorial na gestão municipal, buscando parcerias com as secretarias de governo, com o objetivo de fomentar políticas públicas direcionadas as pessoas trans. Entretanto, também pudemos verificar que a assessoria LGBT não dispõe de orçamento próprio, o que se configura como uma barreira para sua atuação. O papel desse órgão dentro da Prefeitura de Caruaru é relevante, na medida em que, sua atuação contribuiu para a criação de marcos legais, como o Decreto Municipal de número 50/2014 que garante a população trans de Caruaru o uso do nome social nas Repartições Públicas do município.

Palavras-Chave: Políticas públicas; Transgênero; Pessoas Trans; Transexualidade.

INTRODUÇÃO

O Diante do anseio de construirmos uma sociedade mais justa, solidária, livre de preconceitos, é necessário

identificar e enfrentar as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos. Ao mesmo tempo em que nós,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

estudantes e futuros profissionais da educação precisamos ter a consciência crítica de que estamos envolvidos (as) na composição de uma trama em que o patriarcado, o capitalismo, homofobia e racismo produzem efeitos que apesar de nossas intenções, terminam muitas vezes por promover uma perpetuação.

Com o protagonismo da sociedade civil na década de 70, 80 e 90 o Brasil se consolidou como um país que também estava em alerta as demandas sociais que estavam movimentando o mundo. Com a explosão dos novos movimentos sociais no Brasil que lutavam por reconhecimento de suas identidades, historicamente negadas, percebemos o novo olhar dos movimentos sociais pós- ditadura e pós-Aids, consolidando nessa época “o movimento homossexual brasileiro” que trouxe consigo pressões por reconhecimento na sociedade e reivindicações por políticas públicas que garantam a igualdade e a equidade de ações do Estado com as “minorias sexuais”.

O cenário LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) será também outro ponto de destaque do nosso estudo, este será o trabalho dos ativistas em suas diversas ações de luta contra a prática da homofobia, ora os âmbitos escolares, ora nos pontos de saúde, até mesmo na Universidade, Faculdade ou nas ruas. Diante de lutas e

reivindicações, o movimento LGBT em maio de 2004, consegue mais uma vitória, que já foi lançado no9 palácio da justiça em Brasília, o programa “Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção à cidadania homossexual”. Anunciada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o programa consistia em 53 ações, uma delas foi o apoio a projetos de fortalecimento de instituições e não-governamentais que atuavam na promoção da cidadania homossexual ou no combate a homofobia. Sob o olhar de Azevedo, Coutinho e Oliveira percebemos esses programas de como surgem essas demandas:

As políticas públicas surgem a partir, principalmente, de demandas oriundas de grupo organizado da sociedade que buscam a solução para determinados problemas por meio da ação governamental (AZEVEDO, COUTINHO e OLIVEIRA. 2013, p. 38).

Diante desse cenário este exercício de pesquisa pretende estender reflexões para a seguinte pergunta: Quais as principais políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria Especial da Mulher e Direitos Humanos, via assessoria LGBT, da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco voltadas para a valorização social da pessoa travesti e transexual?

Com o problema apresentado, desejamos refletir sobre a questão das



políticas públicas e sociais, que nos mobiliza a debater o modo de como essas práticas socioeducativas perpassam o movimento LGBT, buscando fazer dessas práticas uns construtos embasados como transformação social que visa contemplar a diversidade dos sujeitos.

METODOLOGIA

Nosso exercício de pesquisa se dá pelo viés qualitativo (Gonsalves, 2003), pois entendemos que esta abordagem é a ideal para pesquisas na área das ciências humanas e sociais. No entendimento de.

Concordamos com Gonsalves (2003) ao afirmar que a pesquisa qualitativa se preocupa com a compreensão e interpretação dos fenômenos.

Quando tratamos de abordar questões que não podem ser classificadas e quantificadas, comum nas Ciências Exatas e da Natureza, só poderíamos utilizar uma abordagem qualitativa de pesquisa, pois as opiniões, sentimentos e colocações dos sujeitos não poderiam ser mecanicamente classificados ou estaríamos reduzindo seus significados e tolhendo a rica possibilidade de interpretações que nos cabe refletir e inferir.

Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações

dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO. 2008, p. 21).

Ou seja, o conjunto de aspirações, desejos, sentimentos, crenças, valores, atitudes, motivações, formam o espectro humano a qual jamais poderia ser quantificado e classificado, conforme a abordagem quantitativa de pesquisa se concretiza.

Em relação ao seu objetivo, essa pesquisa é do tipo exploratória e explicativa. Segundo a contribuição de Gil (2008).

A principal estratégia de técnicas de coleta serão os encontros, através da observação participante que é para Minayo (2008), aliada às entrevistas, o que caracteriza essencialmente a abordagem qualitativa de pesquisa.

De fato, a técnica da observação participante constitui-se um método científico. Lage (2009) enriquece esta técnica ao afirmar que,

A observação participante é uma técnica para o trabalho de campo que proporciona grande aproximação à realidade sociológica. De fato, o estar no campo proporciona muitas oportunidades de aprendizagem, de novas compreensões e permite essencialmente o pesquisador entrar em contato com a realidade, que está à mão numa imensa variedade de possibilidades de interações, articulações e também contradições. Oferece ainda a oportunidade de espaços de inserção - e aceitação - em universos simbólicos, em formas de organização social e saberes sociais presentes no cotidiano dos grupos sociais (LAGE. 2009, p. 08).



Desta maneira, confrontamos as teorias, levantadas através de bibliografias especializadas no tema estudado, e as contribuições do referencial teórico citado anteriormente, com o campo empírico, buscando produzir novas formas de conhecimento e de saberes acerca das políticas públicas desenvolvidas por demandas do movimento LGBT, suas especificidades e a educação praticadas por essa organização.

Delimitação e local de pesquisa

Este exercício de pesquisa foi realizado no âmbito do grupo de estudo do observatório dos Movimentos Sociais na América Latina, Centro Acadêmico do Agreste, onde se objetiva estudar as questões de políticas públicas presente nos movimentos sociais. Ela foi realizada entre os meses de janeiro a maio de 2015, tendo como percurso desenvolvido o levantamento bibliográfico e teórico, até a coleta de dados e sua análise. A pesquisa de campo foi especificamente na cidade de Caruaru.

O campo empírico pesquisado se deu em 3 espaços: o primeiro no Grupo de Resistência Gay de Caruaru (GRGC), uma vez que esta organização ainda não possui sede própria, sendo uma de suas lutas atualmente a conquista, através de

regularização jurídico- legal e recursos financeiros, de uma sede própria. Como se vê na fala da líder da organização,

O GRGC luta atualmente por uma sede, um local onde as pessoas possam se dirigir. A gente quer ir para rua, a gente quer aparecer. A nossa dificuldade atual é essa. Conquistar a nossa sede. Porque fica difícil para gente agir. A gente vem sendo aceito pelos políticos sim, mas nem tanto, estamos avançando, demos o pontapé inicial, pelo menos (Presidente GRGC, fevereiro, 2015).

O segundo campo empírico está situado na Avenida Osvaldo Cruz, nº 60, Centro de Caruaru/Pernambuco, onde localiza-se o departamento do nosso campo de estudo, a Assessoria Municipal de Políticas Públicas LGBT da Prefeitura de Caruaru. Criada em junho de 2013 é responsável por assessorar na elaboração das políticas públicas voltadas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e travestis de Caruaru na perspectiva da promoção dos Direitos Humanos. A assessoria LGBT está vinculada a Gerência de Direitos Humanos e da Secretaria Especial da Mulher.

Temos o compromisso com a educação, pois ela é processo social na formação das pessoas, além disso, articulamos ações com as demais secretarias da Prefeitura de Caruaru com o objetivo de fazer com que as pessoas trans tenham acesso as políticas públicas municipais. (Assessor LGBT da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco, maio, 2015).

O terceiro campo empírico foram os principais pontos de prostituição de Caruaru,



no Centro da cidade e arredores, no total de 10 pontos espalhados pela cidade e em espaços de grande visibilidade e insegurança.

Todas as meninas entrevistadas são transexuais e travestis, com seus corpos hormonizados, em sua maioria clandestinamente e exposto ao frio, a sorte, ao vento. Abordagens essas realizadas por volta das 23 horas da noite até 3 horas da manhã.

Fontes de informação

As principais fontes de informação são os sujeitos do campo empírico, que ao informar suas ações, estratégias, experiências, objetivos, conquistas e limitações estavam contribuindo para o desenvolvimento desse exercício de pesquisa e da reflexão do problema levantado. O sujeito investigado é produtor de realidade e de conhecimento (Gonsalves, 2003). Assim, os principais sujeitos dessa pesquisa são:

- A presidente da Organização do GRGC
- 16 travestis e transexuais
- Assessor Municipal LGBT da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco

A fim de trazer um recorte mais fiel possível das situações do campo empírico observado, anotamos em nosso diário de campo as impressões, rituais, sentimentos, falas, descrições de pessoas, de ambiente, de acontecimentos e tudo o mais considerado

importante para elucidar o problema levantado em nosso estudo utilizamos o Diário de Campo.

Nada mais é que um caderninho, uma caderneta, ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevista em suas várias modalidades. Respondendo a uma pergunta frequente, as informações escritas no diário de campo devem ser utilizadas pelo pesquisador quando vai fazer análise qualitativa (MINAYO, 2008, p. 71).

Ou seja, no Diário de Campo se tem uma liberdade maior para escrever o que considerarmos, num primeiro momento, como considerável para o estudo em questão.

Por fim, para análise e sistematização dos dados utilizaremos a técnica de análise de conteúdo das entrevistas. Para Amado (2000, p.53), essa técnica tem por objetivo “arrumar” os dados num conjunto de categorias de significação. Desta forma, buscamos dar um tratamento científico, mas não uma cientificidade fechada em classificações e rotulações numéricas como acontece na abordagem quantitativa, inadequada para pesquisas deste tipo, pelo contrário, a fim de refletir sobre a pergunta inicial de nossa investigação definimos três categorias de base que possam esclarecer nossa inquietação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Políticas Públicas Municipais no Combate a Transfobia

A construção de políticas públicas em defesa de uma cultura de Direitos Humanos em Caruaru está em crescimento e visibilidade. A defesa e garantia de direitos humanos de pessoas LGBT tem se embasado por meio de uma série de ações, individuais e coletivas, com o entendimento de que os direitos da população LGBT são direitos humanos.

A perspectiva adotada pela assessoria LGBT da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco, defende que os temas gênero, identidade de gênero, orientação sexual e diversidade sexual devem ser consideradas pela política educacional e social como uma questão de direitos humanos, nesse sentido, a assessoria recolheu a legitimidade de múltiplas e dinâmicas formas de expressão de identidade, práticas sociais e formas de saber até agora estigmatizada em função da logística heteronormativa. Além disso, promove ações didático-pedagógica nas escolas voltados a garantir igualdade de direitos e de oportunidades a todo o grupo, independente de diferenças de gênero. Como na fala do Assessor de políticas públicas para o público LGBT da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco:

A política pública para o grupo LGBT em geral tem alguns segmentos e demandas específicas, por exemplo, os gays tem prioridade e direito ao

casamento, já as trans o casamento não é pauta prioritária nas reivindicações delas, para elas outras ações são mais urgentes como a transformação do corpo de maneira digna, humanizada e que atenda às suas necessidades estéticas e o uso do nome social. (Assessor LGBT da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco, Maio 2015).

Com base no princípio de universalidade dos direitos humanos, aspira-se a criação e implementação de uma política pública de direitos humanos para o público LGBT mais participativa, com uma participação social de diversos segmentos, tendo como objetivo comum, comum, o combate à toda forma de LGBTfobia e a promoção da cidadania LGBT.

Como indagam Azevedo, Coutinho e Oliveira,

A política pública onde se incluem as políticas educativas, não podem deixar de ser compreendida e analisada sem que tenhamos presente o conceito de Estado. Isto porque as políticas públicas constituem um dos modos por meio do qual o Estado intervém e regula a sociedade ao mesmo tempo em que procura atender demandas e/ou reivindicar por política econômica e sociais [educação, emprego, saúde, transporte, saneamento, segurança, entre outras] diariamente essas demandas são reguladas por grupos organizados da sociedade civil, mas também podem ser originadas nas próprias instituições do Estado (2013, p. 34 e 35).

Dessa forma, a assessoria LGBT da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco procura, antes, estudar questões relativa a gênero, orientação sexual e sexualidade no terreno da ética e dos direitos humanos, visto a partir de uma perspectiva emancipadora na criação das



políticas públicas em respostas as demandas apresentadas.

Entre as ações da Assessoria LGBT estão a conquista do Decreto Municipal de número 50/2014 que garante a população trans de Caruaru o uso do nome social nas Repartições Públicas do município. Também o acompanhamento de pessoas trans no traslado ao Hospital das Clínicas de Recife para a ala trans e parcerias com os vários núcleos de Direitos Humanos para a substituição do nome civil para o nome social.

Inclusão Social: Travestis e Transexuais

A trajetória de vida de uma travesti ou transexual é marcada por dispositivos de exclusão como a quebra do binarismo de gênero desse corpo que vai surgindo aos poucos, sendo quase sempre um feminino inacabado, onde a exclusão dessa vida começa em sua própria família que lhe nega sua identidade.

Em seguida surge o segundo dispositivo de exclusão: a escola, que não está preparada para receber esses segmentos e acaba por marginalizar e excluir de seus muros esses “monstros”, pois, a escola está dentro de um modelo de sociedade e esse modelo heteronormativo dita suas regras e suas imposições de negar o diferente e colocá-lo

no campo da ilegalidade, do sujo, das ruas, da violência.

O terceiro dispositivo de exclusão encontrado surge mediante aos espaços sociais que foi dado ao segmento trans de atuar e vivenciar sua cidadania- encontramos os salões de beleza, as vezes como diaristas e babás, e sempre a prostituição, as ruas, ao frio, ao relento, ao medo.

Nesse sentido, ouvimos de algumas das nossas entrevistadas frases como: “eu não mereço está aqui, me ajuda! (ENTREVISTADA 04)”, ou ainda “comecei a bombar meu corpo aos 16 anos, hoje, me sinto uma mulher, quase né...rsrs (ENTREVISTADA 10)” e “moço, o senhor tem camisinha?”.

Frases estas marcadas pela vida suja e injusta ao que lhes foram dadas como vida, as dificuldades encontradas no processo de aceitação de sua identidade de gênero, a incompreensão e revolta das ruas e a vida sexual posta como “diversão” diante da dura realidade.

Diante do questionário e das entrevistas feitas no frio da madrugada de caruaru, podemos criar um perfil dessas mulheres e suas realidades:

No total foram 16 mulheres travestis entre 19 e 37 anos de idade. Todxs usam o nome social em suas relações pessoais, porém, não sabem que por meio de um



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Decreto Municipal de número 50/2014, todas as identidades trans do município de Caruaru/Pernambuco podem aderir ao nome social nos departamentos públicos de Caruaru, porém, sabemos que as informações demoram a chegar nesse público e seu direito é quase sempre negado. Faltam campanhas informativas e sensibilização para esse segmento. A maioria se intitula de cor Branca, (8 brancas, 4 pretas 3 amarelas e 1 indígena) no caso familiar, a maioria não residem com seus familiares, sendo 11 que moram com amigas e 3 que moram com os pais. Numa formação formal, apenas uma concluiu o ensino médio, sendo 9 meninas com o ensino fundamental incompleto e 6 com o ensino médio incompleto.

Diante de sua identidade corporal, 13 meninas afirmam que seu corpo é muito feminino e 3 acham meio termo como muito másculo e muito feminino. Quando entramos na categorização de seus corpos e utilização de hormônios, 13 meninas fazem tratamento hormonal (utilização de hormonal) em casa clandestinamente e 3 não fazem. Apenas 5 passaram pela cirurgia de redesignação (readequação genital) oferecido pelo SUS.

O Grande embate hoje entre as políticas públicas e o segmento trans vem da diferenciação dos termos “transsexual e “travesti”, sabemos que essa diferenciação está posta numa reprodução dos saberes médico-

institucionais e psicológicos vigentes, sempre evidenciando que as transexuais possuem aversão ao órgão sexual biológico.

Quando tinha 12 anos de idade, queimei meu “bigulinho” com o ferro de passar roupa, aquilo não me pertencia...choro e risos (ENTREVISTA 01).

Já as travestis o aceitariam sem maiores problemas “as vezes né, o cliente gosta de esquentar o rabo, daí eu como, não gosto, mas como” (ENTREVISTADA 07).

As travestis são pessoas que se entendem como homens que gostam de se relacionar sexual e afetivamente com outros homens, mas que para tanto procuram inserir em seus símbolos do que é socialmente tido como o próprio do feminino, não desejam, porém, extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos (PELÚCIO. 2004, p. 44).

Leite Jr. contribui para o debate afirmando que,

Como o discurso sobre a transexualidade possui uma aura mais higiênica, forjado nos laboratórios e consultórios da Europa e dos Estados Unidos e ainda pouco disseminado popularmente em suas especificidades teóricas, pode-se afirmar que o termo “transsexual” possui um capital linguístico mais valorizado que o termo “travesti”, podendo ser mais facilmente convertido em capital social e, desta forma, sendo capaz de abrir ou fechar portas segundo a maneira como a pessoa se autoidentifica ou é identificada (LEITE JR. 2011, p. 214).

Encontramos nas nossas entrevistas uma visão mais aproximada de Leite Jr do que Pelúcio, (psicológico-sociológico) pois a



maioria das meninas ainda não fizeram a readequação genital e não tem vontades nesse momento em suas vidas.

Em suma, posto as divergências existentes em relação a esses pares, não há porque incubar uma visão médico-psicológica, que distingue completamente daquela observada no real submundo de tais sujeitos. As políticas públicas devem ter um olhar mais crítico sobre a realidade desses sujeitos, buscando investigar mais a fundo suas realidades e experiências

CONCLUSÕES

Retomando a nossa pergunta inicial: Quais as principais políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria Especial da Mulher e Direitos Humanos, via assessoria LGBT, da Prefeitura de Caruaru/Pernambuco voltadas para a valorização social da pessoa travesti e transexual? Percebemos que a assessoria LGBT não dispõe de orçamento próprio para desenvolver políticas públicas, diante disso, busca parcerias e trabalha de maneira intersetorial com as demais secretarias da Prefeitura de Caruaru no sentido de fomentar políticas públicas e ações.

As pessoas trans entrevistadas, em sua maioria, desconhecem os serviços públicos disponíveis. Algumas das entrevistas inclusive desconhece a possibilidade de

utilizar o nome social nos departamentos da Prefeitura de Caruaru.

Entretanto, a cobrança interna da assessoria LGBT foi fundamental para a criação do decreto municipal que estabelece a possibilidade das pessoas trans utilizarem o nome social nos departamentos da administração pública municipal. Nesse

Nesse sentido, a assessoria LGBT da Prefeitura de Caruaru tem atuado na direção de buscar a criação de marcos legais e de serviços públicos direcionados as pessoas trans.

As políticas públicas apresentaram-se como elementos imprescindíveis e fundamentais no combate às percepções homofóbicas e na construção de uma sociedade harmônica que tenha o respeito e o princípio da alteridade como eixos norteadores de sua organização.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. S. **Técnica de Análise de Conteúdo**. Revista Referência, 2000. Disponível em: <http://www.esenfc.pt/rr/rr/index.php?id_web_site=3&d=1&target=DetalhesArtigo&id_artigo=2049&id_rev=5&id_edicao=20>. Acesso em: 12 fev. 2016.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

AZEVEDO, J. M.L, COUTINHO, H. G e OLIVEIRA, L. M. O Estado, a Política educacional e a gestão da educação. In: Alice Happ Botler. (org.) **Política e gestão educacional em redes públicas**. Recife: ed, Universitária da UFPE, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea. 2003.

LAGE, A. C. **Elementos para a compreensão da educação nos movimentos sociais**. IN: SILVA, A; SALLES, C. G. N. L. (Org.). *Temas em Educação: diálogos contemporâneos*. p. 65-82. Recife: Editora UFPE-2009.

LEITE JR., Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo, Annablume: 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 27ª ed.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da aids**. São Paulo, Annablume: 2004.

